



Mulheres na luta contra a violência doméstica

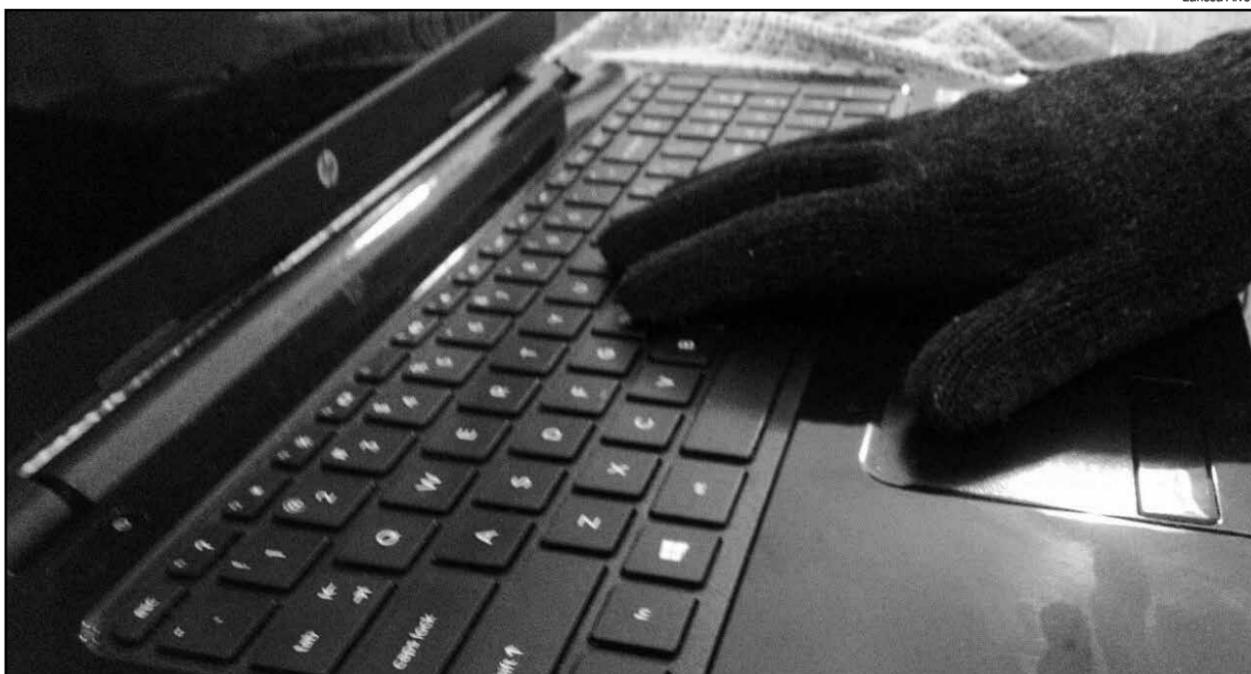
PÁGINA 6



Erinaldo Meira

Número de ataques cibernéticos no Brasil aumentou 274% no último ano

PÁGINA 9



Larissa Alves

Stella Milani



Centro de Saúde da Vila Mariana é reformado e fechado ao atendimento

PÁGINA 5

Gabriela Alves



Itaquera após a Copa 2014: quais os pontos positivos e negativos?

PÁGINA 5

Paloma Mello



Mulheres batalham em busca de mais visibilidade no futebol

PÁGINA 11

Jogos Paralímpicos 2016: seleções de vôlei sentado buscam lugar no pódio

PÁGINA 12

País avança no ranking mundial e se torna o quarto maior produtor de energia eólica

PÁGINA 9

Compartilhamento é novo modelo de economia

Já pensou em alugar um carro por R\$ 5? Ou oferecer uma aula de violão e, como pagamento, receber um corte de cabelo? Isso já é possível no Brasil

ANA PAULA BIMBATI
CAMILA CORSINI

Para evitar gastos desnecessários e até gerar uma renda extra, a economia compartilhada é uma nova aposta dos investidores brasileiros. Segundo pesquisa da Market Analysis, 1 a cada 5 brasileiros já ouviu falar ou leu sobre consumo colaborativo ou compartilhado. Essa realidade chama a atenção dos empreendedores e criadores de startups. A relações públicas Lorrana Scarpioni, 25, é um exemplo. Em 2012, ela dava seus últimos passos na faculdade e desejava abrir um negócio, além da intenção de investir em um projeto social. Unindo as ideias, Lorrana criou a rede colaborativa de troca de tempo, o Bliive. “Juntei o dinheiro do estágio que fazia na época com mais um que gastaria com a formatura da faculdade e usei para pagar um programador”, conta.

A plataforma tem o objetivo de aproximar as pessoas por meio do compartilhamento de experiências, ou seja, você pode oferecer uma aula de violão, por exemplo, e trocar por um corte de cabelo. As trocas são feitas por meio da moeda Time Mo-

ney, exclusiva da plataforma. “A proposta é deixar os serviços com o mesmo valor”, acredita o roteirista Rodrigo Pépe, 31, que oferece consultoria de roteiro. “A ideia é que as pessoas possam trocar experiências mesmo que não tenham recursos financeiros. É um incentivo à cultura de trocas”, aponta Lorrana.

O gerente de projetos de TI Victor Westmann, 31, cobra R\$ 50/hora para dar aula de TI, mas oferece o mesmo serviço gratuitamente na plataforma desde 2014. “Tem muita gente disposta a doar seu tempo para ajudar”, descreve.

Além da troca de serviços sem envolver dinheiro, os usuários citam outras vantagens. “É bacana até como networking, pois ofereço coisas da minha área. Conheci uma menina pelo Bliive e ela irá me ajudar com um projeto pessoal”, lembra Pépe.

Para quem quer lucrar com o mercado da economia compartilhada, há outros caminhos. O Fleety, serviço de aluguel de carros entre pessoas físicas, é um exemplo. O site disponibiliza todas as informações necessárias e o carro fica disponível com fotos, informações e preço. Para o administrador de empresas Raul



Divulgação

Dias, 53, o serviço rende um dinheiro extra no fim do mês. “Tinha um carro que usava pouco e por isso comecei a disponibilizar para aluguel. Já cheguei a lucrar cerca de R\$ 2 mil”, diz.

A empresa foi idealizada antes da instabilidade econômica chegar ao País. “As pessoas buscam formas de consumir menos recursos, gastar menos

dinheiro. Quem gasta procura formas de diminuir ou lucrar”, justifica o CEO André Marim sobre o sucesso da plataforma. Muitos optam pelo novo tipo de serviço devido ao custo baixo, diferente do que encontram nas locadoras convencionais. “Eu gastei metade do que gasto em uma locadora. A burocracia é bem menor”, explica o empre-

sário Marcos Vendramelli, 46, que locou um carro quando seu automóvel quebrou.

Quando o assunto é segurança, os usuários do serviço não precisam se preocupar, pois a empresa é integrada com o Governo Federal com avaliações do Departamento Nacional de Trânsito e as bases do Renavam e Renach.

De produtora a cabeleireira, é hora das mulheres empreendedoras

Dedicação e facilidade de relacionamento se destacam em mulheres que empreendem

CARLANE BORGES
MATHEUS MACEDO

“A maior dificuldade é encontrar clientes, fazer com que as pessoas conheçam seu trabalho e te chamem para realizar o serviço”, conta Clara Vanali, 29. Jornalista, ela deixou o emprego numa editora para ser autônoma. Hoje, produz vídeos para empresas de renome no mercado. Ter o próprio negócio sempre foi um objetivo de Clara. “Entre no mundo corporativo e vi que não era minha praia. Sempre quis ter um negócio meu, meus clientes, meus horários”, explica. Para tanto, planejou e poupou.

Segundo a consultora do Sebrae Máisa Blumenfeld, as mulheres representam cerca de 49% dos novos empreendimentos. Algumas características se destacam nos negócios, como facilidade de relacionamento, sensibilidade, preocupação com o crescimento das pessoas e olhar cuidadoso para satisfazer as necessidades dos clientes.

Jaqueline Santos, 52, é dona do próprio estúdio de tatuagem há 15 anos. O primeiro estúdio foi aberto junto com o marido

e os filhos, porém, sentindo a necessidade de independência, abriu o próprio negócio. “Hoje são 4 lojas dentro da Galeria do Rock, uma de cada membro da família”, descreve.

O Sebrae, em parceria com o Dicese (Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), divulgou, em seu último anuário de mulheres empreendedoras, dados de 2003 a 2014. O número de mulheres à frente do próprio negócio cresceu cerca de 25%. Em 2003, eram 6,3 milhões. Em 2014, passaram para cerca de 8 milhões. A maioria possui empreendimentos nos setores de comércio e serviços.

A argentina Jahlila Tafari, 24, viaja por diversos países comercializando arte. Como autônoma, produz, vende e terceiriza alguns produtos. Vivendo em Salvador, utiliza o espaço de sua casa ensinando crianças a produzir artesanato e aumentar a renda familiar. “Eles produzem tiaras de flores e vendem”, conta. Ela trabalha com produtos de cultura africana e vê um grande mercado no Brasil. “Encontro muitos africanos em São Paulo e aproveito para comprar panos, pois é difícil de encontrar”.



Matheus Macedo

Para Jane Ferreira, professora da Universidade Federal do Paraná e editora da Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, ainda que a confiança dos investidores esteja em níveis baixos e o momento não seja propício para um grande investimento,

o que identifica um bom empreendedor é reconhecer oportunidades. Foi o caso de Shirley Alves de Souza, 31, cabeleireira. Assim como Clara, sempre quis sua independência financeira. Saiu de casa aos 13 anos para trabalhar como babá em Brasília. Ainda na capital, começou

a fazer tranças, mas sabia que o mercado não era favorável. “Vim para SP para me profissionalizar. Quando cheguei, trabalhei em outros salões, mas pensando no objetivo de ter o meu.” Hoje, seu trabalho com cabelo é diversificado, de tranças a dreadlocks.

Máisa Blumenfeld acredita que as mulheres donas do próprio negócio conseguem administrar melhor suas atividades. “Autonomia e flexibilidade de horários são alguns atrativos para as mulheres empreendedoras. São mulheres ativas, que buscam aliar responsabilidades e cuidados com a família com realização profissional e pessoal”, conclui a consultora. Para Clara, a crise econômica e política afetou a todos, mas ela não pensa em desistir. “Sentimos que as empresas diminuíram o orçamento, mas não deixamos a peteca cair. Continuo investindo nas minhas coisas, reduzimos valores de orçamento, estamos pegando menos clientes que nos outros anos, mas trabalhando todos os dias, com a certeza de que a crise vai passar e a gente vai continuar trabalhando sem desanimar”, acredita.

Alvará para o Uber incomoda taxistas

Discussões entravam questões de mobilidade urbana com novas tecnologias

LEONARDO BATTANI
DANIELE MOLINA

Motoristas de táxis e vans encontram dificuldades para ter concessão de alvará de funcionamento no DTP (Departamento de Transportes Públicos). Diariamente, são distribuídas 300 senhas para o atendimento e usuários passam a madrugada esperando. Atualmente, 33.974 táxis funcionam legalmente na cidade.

Por outro lado, 5 mil alvarás foram concedidos pela Prefeitura para a utilização do Táxi Preto, que funciona somente pelos aplicativos que oferecem o serviço de transporte de passageiros em carros privados, algo que contesta a lei 349/2014, sancionada pelo prefeito Fernando Haddad (PT) e elaborada por Adilson Amadeu (PTB), determinando a proibição do Uber e de serviços semelhantes.

Taxistas

Taxista há sete anos, Carlos Ferreira da Silva, 51, é contra o Táxi Preto. “Há 2 mil licenças de

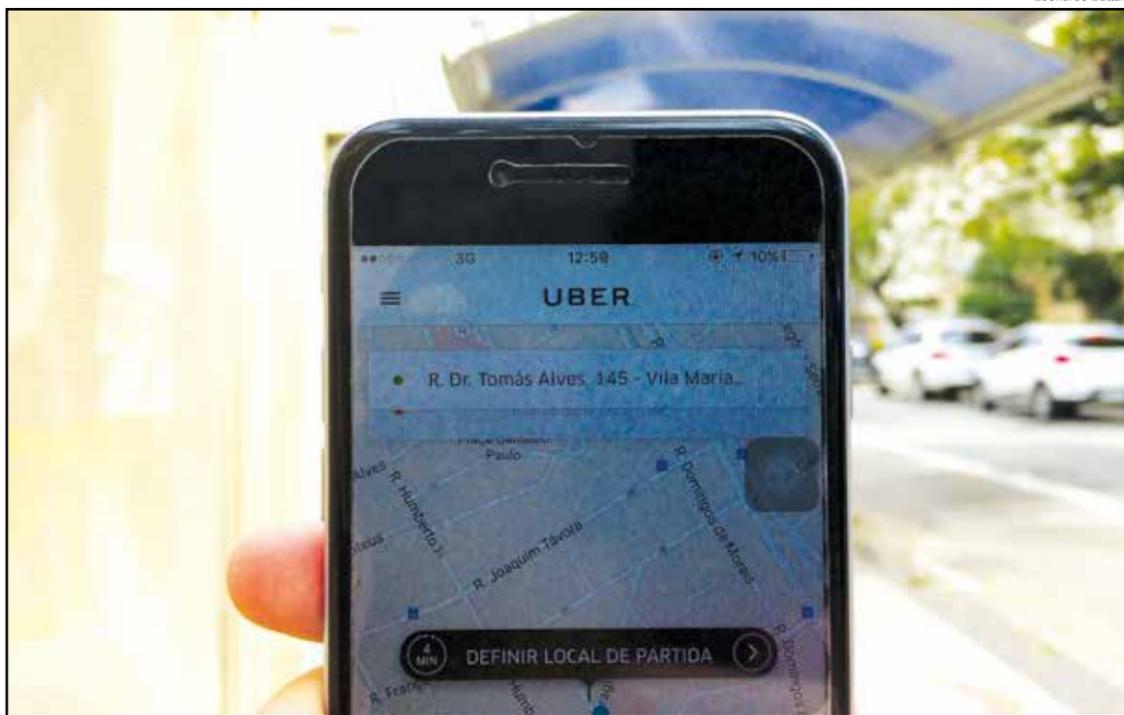
táxi branco retidas. O prefeito justificou dizendo que a cidade não comportava mais nenhum, mas como ele disponibilizou 5 mil alvarás para o Táxi Preto?”, questiona.

Ferreira, no entanto, não é contra o Uber. “Sou contra a ilegalidade do aplicativo. O taxista oferece o mesmo serviço de transporte com menos pressão. Se eu não tiver a licença em dia, eu recebo multa, e quem vai supervisionar o Uber? Tem que haver regulamentação”.

O conflito teve seu auge em uma terça-feira, 29 de dezembro de 2015, quando taxistas fecharam o Viaduto do Chá, na região central de São Paulo, e seguiram para o terminal de embarque do aeroporto de Congonhas, contra a proposta de regulamentação de aplicativos que transportam passageiros.

Uber

O aplicativo iniciou seus serviços na cidade em junho de 2014 e trouxe polêmica a respeito da mobilidade urbana. Se, por um lado, o uso de serviços de táxi em SP sempre foi uma alternativa ao transporte públi-



Aplicativo recebeu autorização para funcionar em São Paulo, apesar das polêmicas

co, por outro, após a chegada do Uber, a população paulistana teve outra forma de se locomover, de forma mais acessível.

Quem afirma são os usuários, como a professora de inglês Lívia Maria Lopes, 28. Para ela, o serviço prestado pelo Uber “é bem mais confortável e mais barato, às vezes metade do preço do táxi comum. Uso sempre quando é um lugar onde não chego de metrô e, em média, as corridas atingem R\$ 20”.

O taxista Carlos vê no con-

forto do Uber algo superficial. “Hoje em dia as pessoas querem status, é muito melhor você andar de carro de luxo, mas o único serviço em que a população pode confiar é a honestidade do motorista de táxi”, declara.

O motorista Alexandre Trindade de Carvalho, 40, que começou a dirigir o Uber por causa da crise e pela falta de vagas para motorista executivo, diz se beneficiar com o aplicativo. “Eu tenho a liberdade de escolha de serviços, monto meu horário de trabalho.

O que se ganha não é muito, porque as corridas são curtas”. E, mesmo com os ataques dos motoristas, ele continuará a trabalhar com o aplicativo.

O DTP informou que, devido ao sorteio de alvarás do Táxi Preto e do cadastramento do programa “Vai e Volta” de transporte escolar, as 300 senhas distribuídas para o atendimento no bloco D, na sede do departamento, formam uma medida temporária para receber também os motoristas.

Haddad quer alterar nomeação de subprefeitos

Projeto de Lei encaminhado à Câmara Municipal sugere eleição direta nas subprefeituras

ANDRÉ CALIL
BRUNO NEVES

Grande parte dos paulistanos não conhece a função de uma subprefeitura e, muitas vezes, não sabem quem é o subprefeito. No início de 2016, o Prefeito Fernando Haddad (PT) apresentou um Projeto de Lei que promete dividir opiniões. Atualmente, a nomeação dos subprefeitos ocorre de maneira indireta, ou seja, o Prefeito nomeia uma pessoa para assumir o cargo, de acordo com suas preferências, sem a votação de qualquer partido ou cidadão.

De acordo com o Projeto de Lei 4/16, a Lei que regulamenta a escolha dos subprefeitos será alterada. A alteração consiste em, principalmente, determinar que a eleição para subprefeitos ocorrerá de maneira direta, por meio dos votos. Os novos can-

didatos à subprefeitura deverão ter afiliação partidária, medida que não era obrigatória. Se o PL for aprovado, cada partido terá apenas um candidato. A proposta aguarda avaliação da Comissão de Justiça, o que pode demorar alguns meses.

A atual pré-candidata do PMDB à Prefeitura, Marta Suplicy, criticou a proposta de Haddad. Para a ex-prefeita, que sancionou a Lei 13.399/02, a qual regulamenta a criação e nomeação dos subprefeitos da forma que é conhecida atualmente, a proposta de Fernando Haddad é considerada um “equivoco e um engodo populista”.

A proposição de Haddad divide opiniões até mesmo entre os próprios subprefeitos e funcionários do órgão. Segundo o ex-subprefeito da região do Aricanduva, o engenheiro Bruno Romanato, 56, a proposta é “interessante, pois vai dar oportu-



Projeto de Lei prevê eleição de subprefeitos por maioria de votos

idade para a comunidade escolher quem possui um relacionamento e identidade, facilitando, assim, a cobrança de ações”.

Pensando no futuro, o subprefeito se preocupa com a operacionalização do projeto, caso seja aprovado: “essa proposta será de difícil execução, caso seja sancionada. Como será feita a votação? A duração do mandato? Em que momento iremos votar? Desse modo estão criando outras dezenas de prefeituras, e não subprefeituras”.

A subprefeitura do Aricanduva abrange as regiões da Vila Formosa, Carrão e Aricanduva. Romanato revela que o orçamento, em grande parte, é reduzido e direcionado para ações

pré-determinadas pela Prefeitura de São Paulo. “Mesmo como gestor da subprefeitura, eu não posso realocar parte desse dinheiro para ações que a comunidade precisa de mais atenção”, explica.

Isso é evidenciado por Marili Vieiro, 33, moradora de Vila Formosa, que reclama dos buracos em sua vila, resultado de manutenção de asfalto feito pela própria subprefeitura. “Os buracos são enormes, ficam no meio das vias e isso atrapalha muito o trânsito, o que acaba estragando todos os carros”, afirma.

Preocupado com a possível corrupção que possa instalar-se nas eleições de subprefeituras, o ex-sargento Francisco Aria-

no, 57, morador da Vila Carrão, mostrou-se contra o PL. Para ele, a nova forma de nomeação só será mais um novo gasto. “A prática de boca de urna iria aumentar consideravelmente, assim como os gastos na campanha.” O aposentado também acredita que o Projeto seja uma forma de Haddad passar um pouco da responsabilidade para a população. E que, também, essa restrita relação prefeito-morador pode ocasionar compra de votos. “Se você votar, vai vir um espertalhão, vai comprar um monte de gente, vai se eleger e vai ficar 4 anos ali e você não vai poder tirar o camarada. Vai ter que engolir ele, entendeu?”, finaliza.

Leonardo Battani

André Calil

Moradores relatam prós e contras em Itaquera após a Copa

Moradia, saneamento básico e saúde são aspectos discutidos entre a comunidade

GABRIELA ALVES

A FIFA elegeu o Estado de São Paulo como uma das sedes para a Copa do Mundo de 2014. O estádio Arena Corinthians, construído em função do evento em Itaquera, dividiu opiniões dos moradores, principalmente na Comunidade da Paz, a menos de 1 quilômetro do estádio. Ela existe desde 1961, e abrigava 377 pessoas antes da Copa. Cerca de 100 famílias foram retiradas de lugares de situação de risco para habitarem em prédios da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano pelo programa Minha Casa, Minha Vida.

Segundo o supervisor de habitação da Caixa Econômica Federal, André Ricardo, no primeiro semestre de 2014, o valor médio de uma casa em Itaquera era R\$231.300 e chegou a R\$253.300 no mesmo semestre de 2015. “O

setor habitacional em Itaquera obteve ganhos, devido ao esforço do Poder Público para a realização de obras de infraestrutura”, aponta. “O Governo subsidia a compra do imóvel para as famílias com até 10 salários mínimos, programa esse que continua auxiliando na compra”, complementa.

A moradora Diana Maganha, 28, manicure, contextualiza: “Se já assisti algum jogo na Arena Corinthians? Só do hospital Santa Marcelina. Estou na comunidade da Paz desde o período inicial dos jogos”, continua. “Antes morava perto, dentro do rio. As casas eram suspensas por estacas de madeiras, alugadas por R\$350, onde morava com os meus quatro filhos”.

A escola estadual Maria Cecília da Silva é a mais próxima da região num raio de 1,2 km. Os estudantes se deslocam até

as escolas da região central. O mesmo ocorre com os institutos profissionalizantes. “As escolas ficam aproximadamente de 20 a 30 minutos andando, não tem transporte escolar para todo mundo e a demanda só aumenta”, enfatiza Gisele Silva, 45, dona de casa.

Para Pedro Furtado, 63, membro da associação de moradores, a Copa trouxe pontos positivos, como a criação da Etec Itaquera II, a Fatec Itaquera e a construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS), além do Parque Verde.

Saneamento

Alagamentos são frequentes após as obras para a Copa devido à redução do leito do rio. Desde então, surgiram surto de meningite e focos de mosquito da dengue. A moradora Diana



Gabriela Alves

Melhorias para Copa, em Itaquera, ficaram pela metade

relata: “Estão canalizando o esgoto, mas não chegam a todas as casas, as poças ficam expostas”. Já Gisele ressalta, em tom pessimista: “Para quem não quer nos ver, somos as próprias larvas”.

Alessandro Gabriel, 34, em situação de rua, explica a ausência de pessoas nas mesmas con-

dições no entorno do Itaquerão devido à higienização do Estado para a Copa. “Como em Itaquera não existe nenhum albergue, eles se espalharam por São Paulo. Alguns receberam auxílio moradia, mas muitos alugaram as casas e foram para o interior pelo custo de vida ser menor lá”, finaliza.

Centro de Saúde reformado na Vila Mariana não presta serviços

O local, que foi adaptado para o acompanhamento geriátrico do Centro de Referência do Idoso, teve obras concluídas, mas permanece de portas fechadas

STELLA MILANI

O Centro de Saúde Unidade Vila Mariana (CS I Lívio Amato), que faz parte da rede de atendimento de saúde gratuito do Governo do Estado, foi fechado há cerca de dois anos para reformas do prédio. As causas foram o estado físico do local e uma adaptação necessária para a nova utilização: atendimentos geriátricos do Centro de Referência do Idoso (CRI), outro programa de saúde popular que presta serviços de acompanhamento da qualidade de vida da terceira idade.

O término do atendimento do Centro foi feito sem aviso prévio à população, que passou a utilizar os serviços da mesma

rede, porém na Unidade Santa Cruz, causando, assim, superlotação. Segundo a Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina, cerca de 60 mil atendimentos a pacientes eram realizados por ano no local. Além de clínico geral e atendimentos de especialidades como pediatria, ginecologia, oftalmologia, urologia, genética e Hanseníase, entre outras, eram distribuídos, gratuitamente, através da Farmácia de Alto Custo, remédios caros e de uso contínuo dos pacientes.

Segundo Osvaldo Bacchan, diretor da Associação dos Amigos e Moradores da Vila Mariana, a reforma custou cerca de R\$ 7,3 milhões. A previsão inicial de entrega era início de março,



Stella Milani

Atendimento geriátrico ainda não tem prazo para início

porém, apesar de as obras estarem visivelmente concluídas, a Secretaria do Governo não tem informações sobre o cronograma de reabertura do posto. “É possível notar que as instalações elétricas já estão perfeitamente prontas, até elevador tem. Os antigos usuários lotam a unidade Santa Cruz e tem dificuldades com a locomoção para as outras Farmácias de Alto Custo”, declara Bacchan. A unidade mais próxima situa-se no bairro Vila Clementino, a cerca de 3 quilômetros do posto fechado.

Sergio Aoki, 30, proprietário de uma banca de jornal localizada em frente ao local, acompanhou de perto as obras e reclamações de antigos pacientes. “O pessoal disse que a obra duraria 13 meses para ser concluída e foi mesmo. Agora sobre a abertura, eu não sei, já era pra estar funcionando”, conta. “Os serviços que serão prestados aqui vão ser voltados só para idosos ativos, aqueles que caminham e que já praticam exercícios. Mas e os idosos doentes? Vão só aumentar as filas de espera do San-

ta Cruz”, acredita.

Maria Borges Assunção, 67, utilizava os serviços do posto. A idosa, que sofre de hipertensão arterial pulmonar, afirma que recebia atendimento semanal e que, agora, com a superlotação da Unidade Santa Cruz, passa por consultas mensais. Segundo Maria, independente do atendimento ser voltado somente a idosos ativos, ter um atendimento no bairro só para idosos será importante para seus colegas da terceira idade.

Reabertura

Sobre a reabertura e o início do atendimento do novo CRI, a subprefeitura declarou que as obras são de responsabilidade do Governo do Estado e que a única ação dos serviços municipais foi em relação à documentação de licença de funcionamento e obras e de responsabilidade técnica por parte da construtora. No site www.portalsaude.saude.gov.br, é possível encontrar nomes e funções dos medicamentos distribuídos nas Farmácias de Alto Custo (FAC).

A luta contra a violência doméstica

Histórias e relatos da hostilidade contra a mulher no Brasil nos últimos anos

Elinaldo Meira



Apesar da legislação em defesa da mulher ter avançado, os números de violência continuam altos, principalmente os cometidos dentro dos próprios relacionamentos

JULIANA PATEZ
MELISSA BERNARDO

A violência doméstica é um assunto presente nos noticiários nos últimos anos. Mas, apesar da luta social, números assustadores ainda persistem.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Avon em 2014 revelou que 3 a cada 5 mulheres já sofreu violência em relacionamentos. A violência sofrida por mulheres ocorre dentro dos lares, o percentual registrado no Mapa da Violência 2015 é de aproximadamente 72% e praticada pelos companheiros das vítimas.

Foi o caso de Mariana Haddad*, 40, que foi casada durante 17 anos com seu agressor. No início do relacionamento não apresentava nenhum indicio de ser violento, mas com o passar dos anos foi se mostrando possessivo. Seu temperamento difícil atingia não apenas Mariana, mas também os mais próximos, como seus filhos, que diversas vezes sofreram com suas agressões. “A primeira atitude agressiva que eu notei foi quando, em uma de nossas brigas, ele deu um chute no meu filho, que na época tinha três anos”, lembra.

O basta ocorreu, quando, ao buscá-la no serviço, como de costume, seu companheiro teve um surto de ciúmes e a agrediu gravemente. A ação foi interrompida por pessoas que passavam no local e a socorre-

ram. Seu parceiro foi preso em flagrante e indiciado por agressão, ameaça e tentativa de homicídio. Ficou preso durante um mês.

Segundo dados da Central de Atendimento à Mulher, criada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, o número de casos registrados no primeiro semestre de 2015 foi de 32.248 em todo o País. Dessa quantia, 16.499 foram violências física, como lesão corporal leve, grave e gravíssima, tentativa de homicídio e homicídio consumado. Os números são menores no ano de 2014, que apresentou aproximadamente 26.400 casos no total, sendo cerca de 13.600 de violência física.

Com o objetivo de combater a agressão doméstica, o Ministério Público de São Paulo criou, em maio de 2012, o Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica (GEVID). O grupo atua na defesa e proteção dos direitos das mulheres em situação de hostilidade doméstica e familiar. No início do projeto, o Ministério Público capacitou cerca de 160 agentes comunitárias de saúde, na cidade de Tiradentes para auxiliar mulheres que sofriam violência doméstica e não tinham conhecimento a respeito da Lei Maria da Penha (nº 11.340). Dois anos após a criação do projeto, 140 mil pessoas, em 35 mil lares, já tinham informações de prevenção e ajuda. Até o ano de 2015 cerca de 26.569 pessoas foram orientadas.

Hoje, o GEVID tem sete núcleos espalhados por todas as regiões do município de São Paulo, que conta com a colaboração de cerca de 4 Promotoras de Justiça, 3 Assistentes Jurídicos, 3 Oficiais de Promotoria, 7 estagiárias da área de Direito e um Setor Técnico composto por 4 Assistentes Sociais e 1 Psicóloga.

Wendy Oliveira, 31, que durante alguns anos foi companheira de um dependente químico, sofria agressões constantemente. A violência não ocorria por nenhum motivo específico. Alterado por conta do uso de drogas, o marido perdia o controle e as agressões se intensificavam. A vítima, diversas vezes, procurou ajuda em programas de combate à violência contra a mulher e reclama da burocracia e do descaso. “As coisas parecem dar certo apenas na teoria. A aplicação de tudo o que é proposto depende de muita insistência da vítima em buscar por justiça e realmente sair da situação”, desabafa Wendy.

Um dos maiores desafios é encorajar as mulheres a enfrentar a violência e denunciar seus agressores. Segundo o GEVID, as dificuldades estão associadas à falta de políticas públicas que auxiliem à mulher sair da situação de violência doméstica e que possibilite aos autores de violência participarem de grupos de reflexão sobre essa conduta.

***O nome da vítima foi alterado por motivos de segurança.**

Aplicativo ajuda a mapear assédio

“Sai pra lá” e outras ferramentas ajudam a diminuir casos de assédio no país

GIOVANNE FORMIS
DAVID WILSON

Segundo a pesquisa Chega de Fiu Fiu, do coletivo Think Olga, 99,6% das mulheres já foram assediadas nas ruas. Agora, a tecnologia pode contribuir com as denúncias desses casos. O IPEA afirma que a cada 90 minutos uma mulher é assassinada de forma violenta. A estudante Catharina Dória, 17, criou o aplicativo “Sai pra lá”. O objetivo é mapear os casos de assédio sexual que ocorrem diariamente pelo País. O intuito é prevenir esse tipo de ocorrência e pressionar os órgãos responsáveis pela segurança da mulher.

Catharina criou o app, após sofrer assédio na rua e decidiu abrir mão de sua viagem de formatura para investir na ideia. “Acredito que o aplicativo esteja ajudando muito para contribuir com o empoderamento feminino atualmente”, diz. O aplicativo funciona de forma bem simples: a mulher escreve o endereço em que o assédio ocorreu, escolhe o período do dia, o tipo de assédio (verbal, sonoro, físico e outros) e o que foi feito. Não é obrigatório escrever nome, idade ou e-mail. Quando finalizar o processo, a vítima pode visualizar outros relatos de assédio e os pontos onde ocorreram.

“É o momento de chocar a população. Depois pensamos em fazer palestras e cartazes das áreas de maior risco e finalmente ir para os governos, a fim de resolver esses problemas”, explica. Além disso, Catharina pretende expandir o app para plataforma Windows Phone e tem planos de adicionar outros locais, como linhas de trem e metrô, que só em 2015 aumentaram 53% suas denúncias comparado a 2014.

A estudante de moda Natalia Hasmann, 18, utiliza o aplicativo há um mês. “Acho legal a ideia principalmente por não gerar lucro e simplesmente ajudar a nós, mulheres”, opina. Ela conta que os aplicativos e movimentos sociais ajudam a diminuir o monstro que as pessoas enxergam no feminismo. “Não é frescura ou vitimismo: é caso de segurança pública”, conclui. Em apenas 5 dias foram registrados mais de 4.000 casos de assédio. Atualmente, o aplicativo conta com mais de 10 mil downloads e com 31 mil curtidas no Facebook.

Na mídia

A internet conta com diversos fóruns e sites sobre questões de assédio e empoderamento feminino, como o projeto Think



Aplicativo “Sai pra Lá” empodera mulheres e incentiva a denunciar casos de assédio

Olga, criado pela jornalista Juliana de Faria. Segundo o site, a organização tem como objetivo empoderar as mulheres por meio da informação e fornecer conteúdo que mostre que as mulheres são livres para fazer suas escolhas.

Segundo Luciana Veloso, auditora do Ministério do Trabalho e Emprego em SP e pa-

lestrante sobre a condição feminina, as mídias têm uma abordagem muito favorável sobre o tema: “A questão está entrando em pauta e aparecendo cada vez mais na mídia. O tema vem deixando de ser um tabu e começa a ser discutido em nível de políticas públicas”, acrescenta.

Já a estudante de biomedicina

Luine Roza, 27, diz que as mulheres se sentem mais à vontade denunciando casos de assédio nos aplicativos, pois a proteção à vítima, após reportar um abuso, é muito superficial: “No final das contas, torna-se uma exposição desnecessária e perigosa, colocando a vítima em risco ainda maior, já que as autoridades

competentes não oferecem em proteção definitiva à vítima, nem punição adequada aos agressores”, conclui. Além do mais pensa que o espaço virtual é um lugar onde as mulheres podem contar seus problemas, se sentirem mais acolhidas, tendendo a se unir e se ajudar, tanto emocionalmente como materialmente.

Inscrições abertas
VESTIBULAR 2016
fapcom.edu.br/vestibular

**VOCÊ
PODE
FAZER
PARTE
DESTA
HISTÓRIA**

Conheça os Cursos da FAPCOM – Faculdade Paulus de Comunicação

Jornalismo	Filosofia Licenciatura Bacharelado
Rádio, TV e Internet	Fotografia
Relações Públicas	Multimídia
Publicidade e Propaganda	Audiovisual

A missão da FAPCOM é promover o ser humano por meio de uma formação integrada às áreas de comunicação, filosofia e tecnologia, com sólidos conhecimentos teóricos e práticos, para atuar no mundo do trabalho com profissionalismo, ética e responsabilidade social.

Faculdade Paulus de Comunicação
Rua Major Maraglino, 191 | São Paulo | SP | 04017-030
www.fapcom.edu.br | 0800 709 8707

Aplicativo facilita consultas

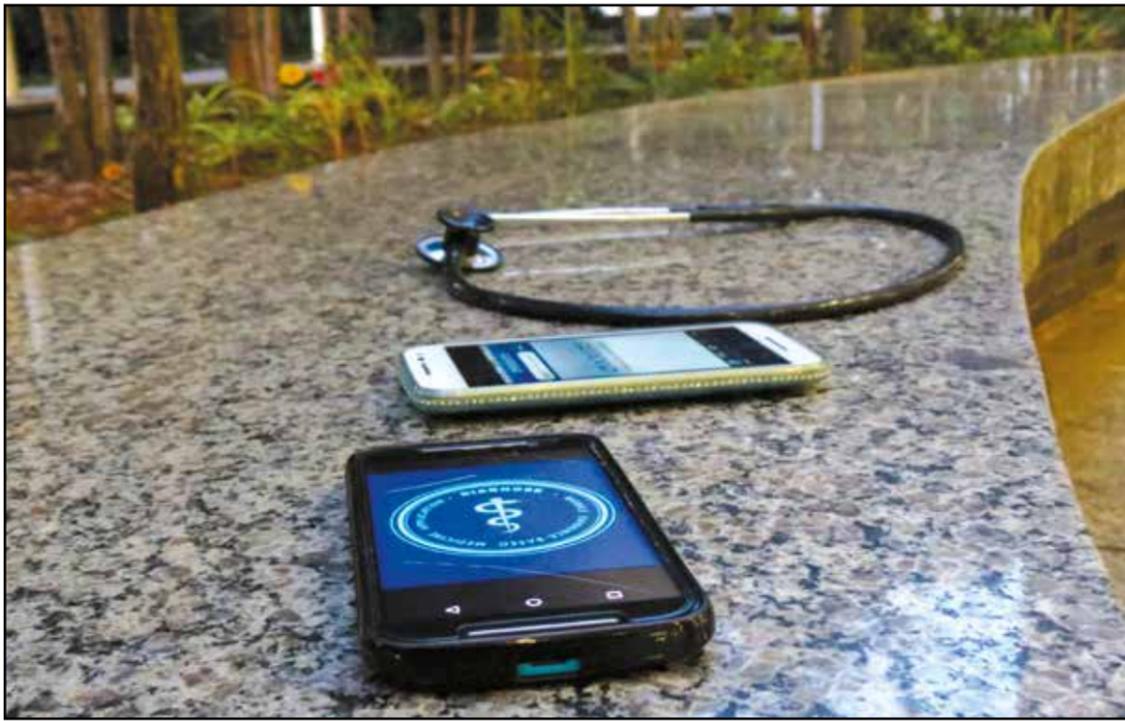
A proposta é usar esses aplicativos como ferramenta auxiliar aos tratamentos

ISABELA GIACOMINI
TAINARA CAVALCANTE

A tecnologia está lado a lado com a medicina e pode facilitar o trabalho dos profissionais de saúde com diagnósticos, tratamentos, medicações e para prevenção de doenças. As utilizações dos aplicativos virtuais são uma nova alternativa prática e que reduz o tempo nos atendimentos em hospitais e consultórios.

Os aplicativos mais baixados por pacientes no Play Store são de assistência de convênios e calendários menstruais. Apps de mensagens também são muito utilizados em prol da saúde. Cerca 87% dos médicos utilizam o Whatsapp que, apesar de não ser uma ferramenta médica, auxilia a comunicação entre médicos e pacientes.

A geriatra acupunturista Thays Matsuda, 36, utiliza três aplicativos: para calcular medicações, para protocolos do convênio e um aplicativo do próprio hospital onde trabalha. “Cada um deles é para um uso específico, onde substitui alguns aparelhos médicos”. Ela comenta que os apps reduzem o tempo e são mais fáceis de serem utilizados. O médico cardiologista Edmundo, 55, utiliza um app chamado Cardiológica Laboratório, que ajuda



Tainara Cavalcante

Tecnologia é alternativa para agilizar procedimentos na área da saúde

aos pacientes a entenderem o diagnóstico. “O aplicativo mostra a anatomia do coração, que ajuda a explicar aos pacientes as doenças, para que compreendam melhor”. Ele comenta a praticidade e qualidade do serviço. “O aplicativo não substitui nenhum aparelho médico e uso apenas em casos específicos”.

Porém, alguns médicos e pacientes não acham confiáveis.

O médico geriatra Alessandro Campolina, 40, não vê utilidade nos aplicativos. Ele prefere se consultar no computador. “Não preciso ocupar o celular com eles, eu usava o aplicativo Epocrates, para a consulta de interação medicamentosa, mas a Internet tem a mesma função”.

A estudante de Jornalismo Valéria Felipe Soares, 20, prefere o atendimento tradicional e diz

que a tecnologia pode, em partes, atrapalhar a medicina. “Tem áreas que vai ajudar muito, mas, tem áreas que vai prejudicar. Por exemplo, pesquisas e diagnósticos pode até ajudar, mas, dependendo do caso, pode atrapalhar”. A estudante conta que o motivo que a levou ir ao médico. “Eu estava com uma dor muito forte no ouvido e a suspeita era otite ou caxumba. Quando tive o resulta-

do era otite e, ela não identificou pelo Conselho Internacional de Doenças (CID)”. Relata que a sua própria médica utilizou um aplicativo e que por mais absolutamente rápido tenha sido o diagnóstico, não gostou da atitude da médica. “Foi eficaz no diagnóstico, mas, se tratava de um simples diagnóstico. Justamente por isso, não gostei, por ter sido um caso simples como otite”.

O gerente médico de Gestão e Saúde do Hospital São Francisco, Carlos Gustavo Braga, gerencia o atendimento de trinta mil pacientes via telefone e via mobile. Para facilitar o acesso, desenvolveu o aplicativo BIO APS. Um aplicativo que monitora o paciente, como uma rede social, onde médicos e enfermeiros, acessam todas as informações que os pacientes colocam e respondem com soluções viáveis. “O aplicativo não substitui uma consulta, pois já é uma consulta, fazendo com que o paciente se comunique virtualmente com o médico”. Toda a informação do paciente se transforma em um histórico médico e o especialista no respectivo problema, filtra as informações da sua área para um rápido diagnóstico. O aplicativo já alcançou mil pacientes do convênio São Francisco Saúde em um ano e meio de formação.

Capital recebe ações de alunos da USP

O projeto ocorre em setembro no interior paulista e pretende trabalhar a educação em saúde

STEPHANIE MOTTA
BEATRIZ CORREIA

O Alto Alegre tem 4 mil habitantes e está a cerca de 490 quilômetros da capital. A cidade é a próxima a receber a ação JUS (Jornada Universitária da Saúde), realizada por estudantes da Universidade de São Paulo (USP). A proposta é promover e trabalhar a educação para a saúde em cidades pequenas do interior de São Paulo. O projeto ocorre em um período de três anos em cada local durante a Semana da Pátria, no mês de setembro.

A jornada é dividida em três ciclos anuais. No primeiro ano, a JUS realiza um projeto voltado para pesquisa da realidade do lugar visitado e de integração com a comunidade. É a fase para apresentar

a proposta e começar um vínculo afetivo com os moradores.

Conhecer as necessidades da cidade com pesquisas baseadas em dados anteriores é a próxima parte do projeto, realizado no segundo ano. Nos últimos doze meses da Jornada são elaboradas ações entre a população, a Prefeitura e os jornadeiros, como se denominam os estudantes.

“O primeiro ano é mais para as pessoas conhecerem a gente e o que fazemos. Já no terceiro, a recepção é mais calorosa, porque ao longo do ciclo criam-se vínculos entre os jornadeiros e a população”, conta Amanda Fontes, 21, coordenadora da disciplina de Nutrição no projeto.

A colaboração da prefeitura é necessária para

a JUS funcionar. Além de disponibilizar dados de pesquisas para a montagem do perfil de cada cidade, o órgão custeia as despesas da viagem para a equipe. “Durante a jornada, ficamos alojados em prédios públicos como ginásio esportivo e escolas. Para deslocamento, usamos o transporte público fornecido pela prefeitura sem custo”, explica Rafaela Rodrigues, 20, organizadora do projeto.

A cidade de Alto Alegre foi escolhida pelos estudantes da USP, por atender a alguns critérios, como população pequena e pouca infraestrutura na saúde. Com apenas um hospital municipal, Alto Alegre contará com trabalhos de campo, feiras da saúde e atividades em grupo

“Muito obrigada por



Divulgação

Atendimento médico realizado em Jambuí

serem pessoas fantásticas que levam a saúde a sério” é o agradecimento de Thaís Faria, 24, para os jornadeiros. Ela é moradora de Jambuí e estudante de fisioterapia. Jambuí foi a cidade onde ocorreu a JUS nos anos de 2013 a 2015.

As ações que compõem a jornada são organizadas por alunos de sete cursos

da área da saúde: enfermagem, nutrição, fonoaudiologia, saúde pública, terapia ocupacional, medicina e fisioterapia. “Como a JUS é diferente de todos os projetos que já participei, acredito que vá me surpreender e me fazer viver certas experiências que não imaginaria”, conta Nathália Safiotti, 19, estudante de nutrição da USP.

Bons ventos agitam o setor eólico

País se torna o quarto maior produtor de energia eólica do mundo

MÔNICA AMORIM
NAILSON COSTA

A matriz energética brasileira teve um crescimento notável nos últimos anos. Mesmo com a atual crise, o setor de energia eólica progrediu no País, que hoje é o quarto maior produtor deste tipo de energia no mundo. Segundo o Balanço Energético Nacional 2015, a produção de energia eólica aumentou 146% entre 2005 e 2014,

Em 2016, o país completou a instalação de 9 GW (gigawatts) de potência em sua matriz energética, equivalente a quase uma Usina Belo Monte (segunda maior hidrelétrica brasileira, com 11GW de potência instalada). Altos investimentos colaboraram com a progressão do setor eólico, que aumentou 46% da sua capacidade instalada em 2015.

Projetos

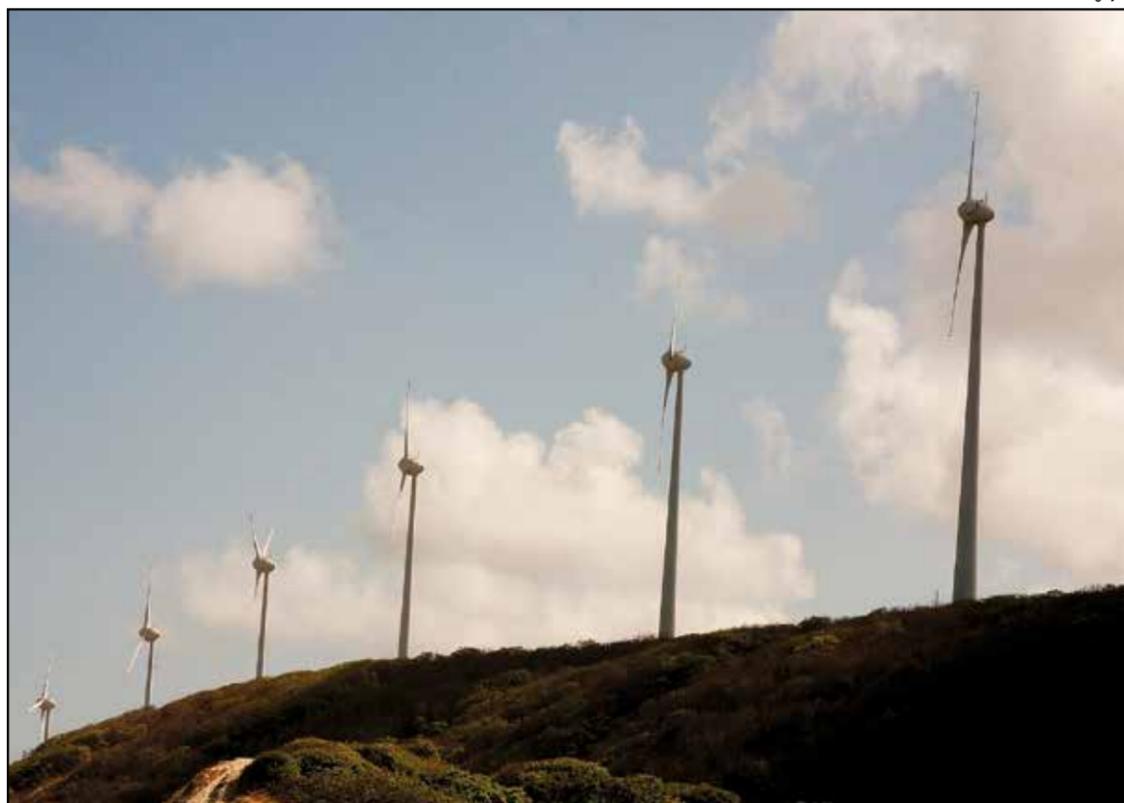
No País, empresas privadas e ONG's agem no desenvolvimento de projetos ligados ao setor eólico, com destaque para o Greenpeace e seu projeto "Clima e Energia". A Ong também acompanha negociações e acordos governamentais para toma-

das de ação. "Nosso engajamento no setor eólico começou nos anos 2000, quando, aqui no Brasil, isso era quase nulo", lembra Larissa Rodrigues, pesquisadora da área de climas do Greenpeace. "Existia uma torre ou outra porque se tratava ainda de projetos universitários. Ninguém acreditava no potencial eólico, era coisa de outro mundo", completa.

Larissa conta que, em 2004, o Greenpeace começou a trabalhar e agir junto a um programa do Ministério de Minas e Energia, voltado ao desenvolvimento das matrizes eólicas, o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. Depois de várias campanhas de engajamento e a realização do primeiro relatório de Revolução Energética foi que a fonte eólica deslanchou e aconteceu o primeiro leilão de energia eólica, em 2009.

O valor de investimento para o uso de energias limpas assusta quem conhece pouco dessas tecnologias, mas Larissa afirma que a energia dos ventos tem um custo baixo. "Em 2015, em todos os leilões, a eólica saiu na frente no quesito custo", explica.

Além do baixo custo, segun-



Divulgação

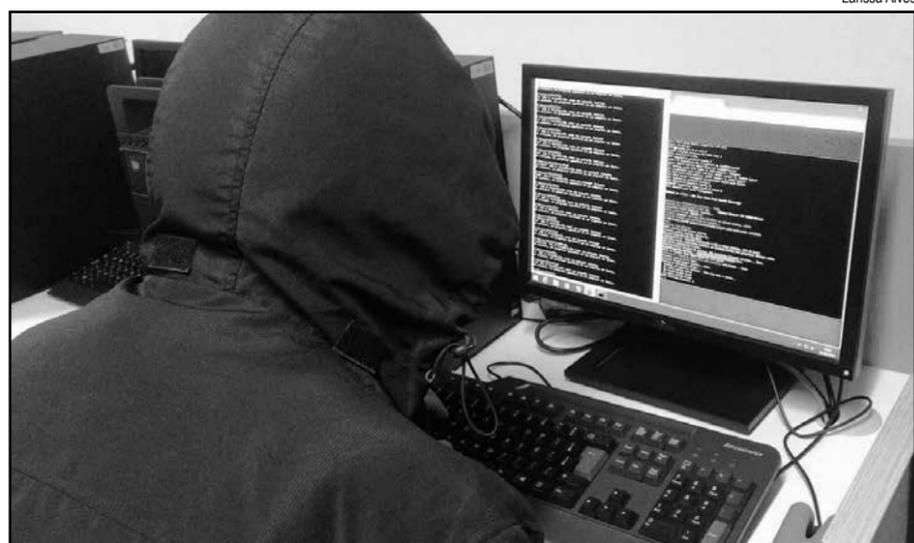
Energia eólica se torna opção viável no país

do Alexandre Oluchi, assessor da Renova Energia, a expansão do setor foi vigorosa e hoje há uma capacidade instalada de 9 GW, com potencial para atingir 18 GW em 2019. "As qualidades atribuídas à fonte eólica tornaram-na reconhecida pela sociedade, pelos agentes do setor e

pelo Governo como de extrema importância para a diversidade e segurança da matriz energética", afirma. A previsão é que sejam instalados 175 novos parques eólicos no Brasil, que poderão gerar cerca de 50 mil empregos.

São muitas as expectativas geradas para o crescimento da

energia eólica, já que ela é considerada hoje a energia mais barata do mundo graças às condições favoráveis dos ventos brasileiros. O Plano Decenal de Energia para 2024 prevê 24.000 MW de capacidade instalada, energia suficiente para abastecer mais de 35 milhões de casas.



Larissa Alves

Crimes virtuais, consequências reais

Calúnia, exposição indesejada e fraudes estão entre os delitos mais comuns da internet

Qualquer pessoa pode cometer um crime virtual com o auxílio da internet

LARISSA ALVES
RAÍSSA VILA

Ter imagens íntimas divulgadas, sofrer calúnias ou ser fraudado numa compra em e-commerce são alguns exemplos dos chamados crimes cibernéticos. Um dos agravantes é a impressão de que o ambiente virtual é uma terra sem leis. A 18ª edição anual da Pesquisa Global de Segurança da Informação de 2015 revelou crescimento de 274% em número de ataques cibernéticos no Brasil. Além do despreparo dos usuários para reconhecer indícios de fraudes em compras virtuais e da falta de conhecimento de medidas preventivas de privaci-

dade, as pessoas nem sempre sabem como proceder após serem vítimas.

Clea Alonso, 38, advogada e diretora de comércio exterior, sofreu difamação, mas reverteu a situação. Ela recebeu no seu e-mail mensagens com conteúdo de difamação, calúnia, invasão de privacidade e ameaça. Para descobrir o autor do crime, a vítima contratou um perito judicial e pagou R\$ 14 mil para elaboração de um laudo, que serviu para a ação da quebra de sigilo do IP. Após uma longa investigação, a origem dos envios foi encontrada, e sua suspeita foi confirmada: era um conhecido, que criava diversos e-mails diferentes com

identificação de mulher.

Clea responsabilizou o autor do crime na área civil e criminal, pedindo indenização moral e material, pois, além do constrangimento e sofrimento, a vítima ficou desempregada. "Os crimes só não são solucionados se a pessoa não vai atrás", defende. Após enfrentar este episódio, ela criou o "Núcleo de Apoio às Vítimas do Crime Cibernético", composto por advogados, peritos e técnicos na área de telecomunicações. O núcleo já ajudou cerca de 870 pessoas. Entre os crimes mais relatados, estão difamação e compras fraudadas.

Na categoria exposição de imagens íntimas, as celebridades

não são as únicas ameaçadas. Foi o caso da engenheira Ellen Conceição, 30, que teve um vídeo íntimo divulgado em redes sociais e sites pornográficos. A primeira atitude foi denunciar na Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática, mas o caso não foi solucionado e os vídeos permanecem na rede. "Fui na delegacia várias vezes e a única orientação que recebi foi mudar de bairro", declara. Ela perdeu o emprego, tem dificuldades para se relacionar, foi julgada pela família e passou por tratamento psicológico. "Todos comentavam, minha vida virou um inferno", desabafa.

De acordo com a Associação Brasileira de Comércio Eletrônico, em 2016, as lojas virtuais terão aumento de 18% em comparação com 2015 e faturamento de R\$ 56,8 bilhões. Porém, aumentou também o número de fraudes. Os casos mais comuns

se encontram nas categorias de eletrônicos, viagens, jogos, roupas de luxo e calçados. Conforme aponta Felipe Held, gerente de Comunicação e Marketing na Konduto, empresa que trabalha com antifraude inteligente, os golpes fazem parte do comércio eletrônico. "Um e-commerce é considerado saudável se tiver uma taxa de fraude entre 0,3% e 1%. Não existe 0% de fraude", afirma.

Os usuários precisam saber se defender desses tipos de golpes e ter coragem e conhecimento para denunciar. Uma informação fraudada pode falir uma empresa ou deixar o usuário sem o produto. Uma foto íntima pode destruir uma carreira consolidada, da mesma forma que uma calúnia pode acabar com uma imagem. Apesar da ilusão que a internet proporciona, não há dois mundos diferentes, separados em real e virtual.

PROTESTO E POESIA

As competições de Poetry Slam, recentes no Brasil, ganham força e crescem no país

LARISSA COSTA MENDES

Toda primeira segunda-feira de cada mês, a partir das 19 horas, na escadaria da praça Roosevelt com a rua Augusta, espectadores ficam atentos às palavras a serem proferidas do centro da praça. Trata-se de mais uma noite de competição de Spoken Word (poesia falada), promovida pelo grupo Slam Resistência.

Competições de Spoken Word ou Poetry Slam são práticas iniciadas em Chicago, na década de 80, por Marc Kelly Smith, trabalhador da construção civil e poeta, que procurava estimular principalmente jovens a se interessarem novamente pela poesia, uma vez que ela só era utilizada em meios acadêmicos, tratada apenas como um conhecimento obrigatório.

Quem participa deve, em até três minutos, recitar uma poesia, sem qualquer auxílio cênico ou musical, que será julgada por pessoas da plateia. Entre outros fatores, o tempo gasto e a expressão determinam a nota

final. Ganhar ou perder não é o foco desses encontros, mas sim a mensagem. “A poesia é algo que estimula, questiona, provoca”, diz Camila Sobrinho, 24, trabalhadora autônoma que esteve dia 10 de março pela primeira vez em um encontro do Slam Resistência. Para ela, o que eles fazem é importante para mover a juventude, já que os jovens não encontram muitas alternativas culturais durante a semana.

Com este propósito, Adelson e Gustavo (ou Le Gusta) tiveram a iniciativa de criar, organizar e divulgar o grupo. Em 2015, quando iniciaram a atividade, cerca de dez pessoas compareciam ao evento. Hoje, somam mais de cem. A página do Facebook do Slam Resistência- seu principal meio de divulgação- também cresce: são mais de 40 mil curtidas. Seu vídeo mais popular já ultrapassa um milhão de visualizações. “Muita gente que está aqui sente sua voz sendo representada por nós”, diz Gustavo. E complementa: “É um compartilhamento cultural, é um

“O Poetry Slam acaba se convertendo em um espaço de diálogo, um espaço de expressão política, só que não convencional”



Da esquerda para a direita: Le Gusta, Adelson e Charles, integrantes do Slam Resistência

compartilhamento de vivências”.

Roberta Estrela D’Alva, 38, atriz, MC e uma das fundadoras do ZAP!- Zona Autônoma da Palavra- primeiro grupo de Slam do Brasil- também compartilha dessa opinião: “O Poetry Slam acaba se convertendo em um

espaço de diálogo, um espaço de expressão política, só que não convencional [...] através da poesia, que é um catalisador, que consegue ampliar os discursos”.

Segundo Roberta, existem mais de quinhentos grupos no mundo inteiro, e mais de vinte só

no Brasil. “São espaços de exercício da cidadania, do livre pensamento, livre expressão [...] Num país onde é preciso espaços para se falar, acho que não só os Slams como os Saraus e todos os espaços de cultura são muito importantes”, finaliza.

Poetas Ambulantes levam poesia ao transporte público

O grupo realiza intervenções urbanas há cerca de três anos e reforça a importância da arte diante da situação que o país enfrenta

FERNANDA PEREIRA
TAMIRES VITORIO

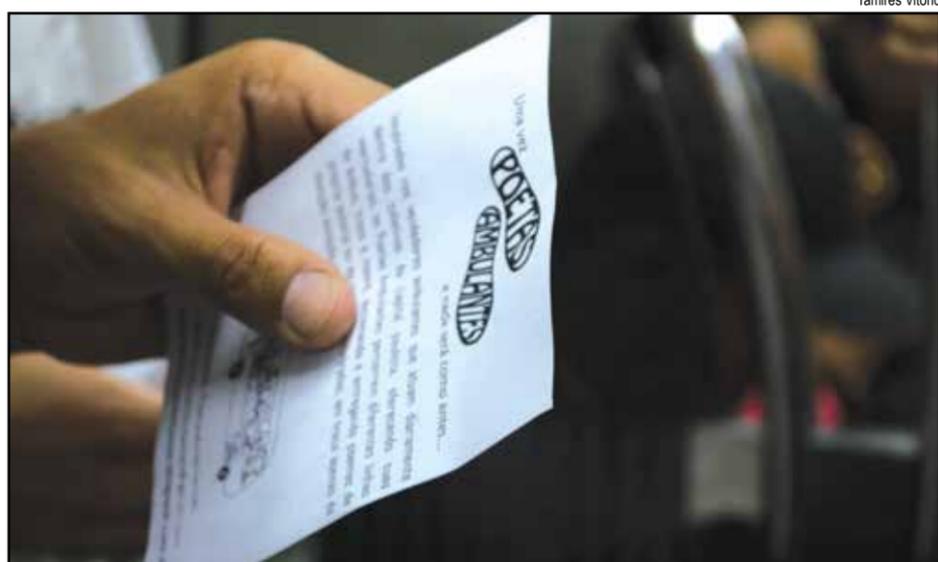
Em meio às idas e vindas dos passageiros da estação Butantã (Linha 4 – Amarela), localizada na zona Oeste de São Paulo, um grupo de jovens se reúne para embarcar nos vagões e espalhar poesia para os usuários. Com o lema “Atenção, senhores passageiros, eu poderia estar roubando, poderia estar matando, poderia estar ouvindo música sem fone, mas estou aqui humildemente distribuindo poesias”, eles iniciam os trabalhos.

O coletivo Poetas Ambulantes surgiu em setembro de 2012, com Luz Ribeiro e Carol Peixoto. Elas costumavam colocar poemas em calçadas da cidade, mas queriam dar mais visibilidade a eles. “As duas ficaram martelando em como levar as poesias para além do

sarau e tiveram a ideia de levar para dentro do transporte público”, descreve Jefferson Santana, 27, professor e integrante do coletivo.

A trupe conta com seis integrantes responsáveis pela organização das saídas, realizadas uma vez ao mês, em linhas e datas diferentes. Qualquer pessoa pode acompanhar as intervenções, já que elas são abertas ao público. “Quanto mais gente puder vir e somar nesses dias, melhor”, reforça Mel Duarte, 27, produtora cultural e também integrante.

O grupo sofre repressão principalmente nas linhas Amarela, Verde e Esmeralda. “Nunca tivemos que parar o sarau. Os seguranças ficam parados, tentando entender o que é, mas se tentam impedir, a galera do espaço diz que não estamos atrapalhando”, aponta Mel.



Poesia é uma ferramenta importante para provocar a reflexão da sociedade

“Nunca fomos vítimas de violência, mas eles nos tratam com rispidez”, continua.

Os poetas têm o hábito de dar livros aos passageiros que participam das intervenções e acreditam que ser um “provocador por natureza” é a função do artista. “Esses movimentos culturais estão se fortalecendo cada vez mais pela necessidade de se expressar. As pessoas sabem apontar, mas não sabem argumentar, e a poesia tem um espaço muito positivo para ajudar nisso”, pontua Mel. Os assuntos que estão em pauta na sociedade, como aumento da passagem,

viraram tema de algumas saídas do coletivo para provocar a reflexão nos passageiros. “Causamos algum mal estar às vezes, mas a poesia é uma arma de combate”, defende Jefferson.

A passageira Carolina, 26, conta que gostou da iniciativa. “Eu sou cantora, artista, então acho que a arte é uma maneira de levar reflexão para as pessoas”, completa.

Embora o campo de atuação dos poetas ainda seja a Grande São Paulo, eles revelam a vontade de estender a ação do coletivo para outros cantos do país. “Queremos ir lá pro meio da

Amazônia, chegar em todos os lugares”, planeja Jefferson.

Os poetas confessam que, se pudessem, viveriam somente dessa arte. “Se desse pra triplicarmos o coletivo, seria lindo. Se desse para largar o trabalho e viver disso, fariamos saídas praticamente todo dia”, explica Jefferson.

Uma preocupação deles é com aquelas pessoas que não sabem que a poesia pode ser de fácil acesso. “Temos que chegar nessas pessoas e, quando fizermos essas saídas, percebemos que temos que fazer isso cada vez mais”, finaliza Mel.

Matheus Macedo

Tamires Vítório

As donas das chuteiras

O Brasil é conhecido por ser o país do futebol... masculino, mas as mulheres entram em campo para acabar com o preconceito

ANDREZA ALMEIDA
PALOMA MELLO

A falta de incentivo e o machismo atingem grande parte das mulheres que tentam entrar para o mundo do esporte. Os clubes brasileiros profissionais de futebol contam com 783 times, sendo 8% femininos. A falta de patrocínio e de divulgação são os maiores problemas para os times formados por mulheres, além da baixa remuneração.

Daniele Neuhaus, 28, joga no time feminino do Santos há um ano. Para ela, o esporte está em fase de adaptação e crescimento. “A profissionalização está engatinhando ainda. Para isso acontecer, é preciso ter pessoas que gostem do futebol feminino no comando de grandes clubes”, afirma. Ela cita o exemplo do Santos que, graças a dirigentes como Modesto Roma, voltou a ser tratado com seriedade. “Somos tratadas como profissionais aqui, com carteira assinada, plano de saúde, salário em dia, estrutura para treinar, uniformes e alimentação”, descreve.

Mas o país do futebol ainda carrega a ideia de que futebol é exclusividade masculina. “Con-



Paloma Mello

Paulo Roberto durante partida no Clube Atlético Lemense, onde jogou por um ano

fesso que, quando sou procurada para matérias sobre ser musa, bonita, me dá certa preguiça. É manjado. Tem tanta coisa legal sobre uma atleta de futebol feminino no país. Mulher não é objeto”, destaca Alline Calandrini, 28, zagueira e capitã do Santos. “Existe talento, entrega, sonho e paixão das meninas pela modalidade e isso independente de beleza”, afirma a atleta.

Além do preconceito, as

meninas sofrem com o assédio daqueles que acham que o futebol não é lugar para elas. Muitas jogadoras já se dizem acostumadas com o tratamento e procuram lidar de forma tranquila. “O assédio existe bastante, mas tiro super de letra. Procuo tratar bem e agradecer o carinho que as pessoas têm pelo meu trabalho”, completa Calandrini.

Para a mulher conquistar o seu espaço no esporte é preci-

so ter paciência. Há inúmeras jogadoras talentosas que são reconhecidas mundialmente, como Marta, a única a ser eleita cinco vezes como a melhor do mundo. Sua trajetória inspira jovens que sonham com o futebol profissional.

Letícia Pires, 15, começou a jogar com sete anos e sonha em ser profissional. Atualmente, joga pelo sub-15 do Guarani, time onde fez sua primeira penei-

ra. “Eu pretendo ficar no Guarani por um bom tempo, e só sair de lá por coisas melhores. Tenho como inspiração Cristiano Ronaldo, Messi e Marta”, aponta.

Mas não é somente em campo que a mulher atua no esporte. Fernanda Grande, 32, sempre foi apaixonada por esportes e já jogou pelo Nacional e pelo Juventus. Formou-se em Educação Física e em Fisioterapia, e hoje é treinadora da categoria de 7 até 12 anos do futsal masculino do Palmeiras. “Quando eu cheguei no clube, teve bastante preconceito de colegas de profissão de outras equipes, foi bem complicado. No Palmeiras há 6 anos e meio, hoje as pessoas do futsal de São Paulo já me conhecem, então tem um respeito maior. Claro que sempre tem um ou outro que faz uma piadinha, brinca de forma desagradável, algum pai que é machista, mas isso não é empecilho”, acredita.

Não dá para negar que já existe uma aceitação maior no campo esportivo como um todo, porém, ainda há certa resistência por parte dos profissionais e torcedores. Cabe aos times dar cada vez mais espaço às meninas e combater a divisão de gênero.

Doping às cegas

Assunto é pouco discutido no futebol, mas Brasil é campeão em casos positivos

BIANCA LEMOS
TAMIRES SANTIAGO

Com a proximidade das Olimpíadas, o doping volta a ficar em evidência na mídia, sobretudo em modalidades como atletismo, natação, boxe e tênis. Geralmente, há controle antidoping com até dois anos de antecedência de grandes competições.

No futebol, o doping é pouco debatido. Segundo o treinador do time juvenil de futebol do Esporte Clube Banessa, Dalton de Souza Pereira, para jogar “é preciso técnica, tem que ser veloz, mas tem que saber jogar. No atletismo, algumas substâncias ajudam o atleta a ser mais veloz”, explica. Dalton diz que os testes no futebol são feitos apenas em grandes campeonatos e não há controle de substâncias proibidas em times amadores.

No caso do Campeonato Paulista, por exemplo, é de responsabilidade da Federação Paulista. Após o término de cada partida é realizado um sorteio que escolhe um jogador de cada time para o exame. Um laboratório é contratado para esse procedimento e o prazo para divulgação é de uma semana.

Caso seja positivo, o protocolo a ser seguido tem como base o FIFA

Antidoping Regulations. É feita a notificação ao Tribunal de Justiça Desportiva, que emite um mandado de afastamento do jogador para começar as investigações e o atleta apresentar a defesa.

A pena para quem é pego no doping pode variar de dois a quatro anos. Em algumas situações, acontece por acidente, quando os jogadores ingerem substâncias que parecem ser inofensivas, como o caso do goleiro Zetti, em 1993, quando foi convocado para ser reserva do goleiro Taffarel, na Bolívia. O atleta ingeriu chá de coca, típico na região de La Paz, foi pego no exame e ficou quatro dias suspenso pela FIFA. A CBF, porém, conseguiu provar que o goleiro não ingeriu nenhuma substância para melhorar seu desempenho. Foi o primeiro em que a FIFA voltou atrás, após ter decidido pela condenação de um jogador.

Dalton diz que essa prática não é incomum. “Existe um doping camuflado, o atleta passa em um especialista e ele receita drogas que o beneficiam e aumentam a capacidade física”, afirma.

O secretário geral da Federação Paulista de Futebol, Carlos Fernandes, enfatiza que as recomendações passadas aos atletas são decididas pela junta médica e que a punição pelo uso

de uma substância proibida pode cair sobre os profissionais médicos que cuidam dos jogadores. Caso haja condenação, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) é notificada.

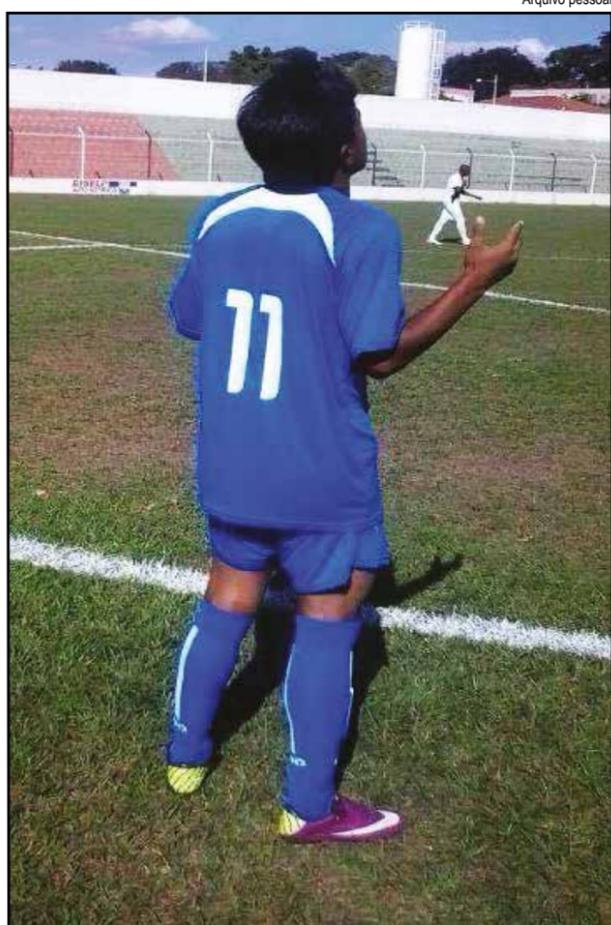
Ele ainda afirma que não há grandes prejuízos na carreira de atletas iniciantes. “Não prejudica a imagem, cumpre a pena e volta a jogar”, explica.

Atletas

Para o jogador do Clube Atlético Juventus, Paulo Roberto, 20, o teste deveria ser feito em todos os clubes e atletas. “Muitos jogadores [de clubes menores] acabam usando drogas, porque sabem que não vão fazer o teste e não serão pegos. Se o exame fosse pra todos, ninguém arriscaria a sorte”, pontua.

O jovem diz que “alguns jogadores até compram urina de outros para não serem pegos no exame”, atesta.

Histórias como a do ex-meia do Fluminense Deco - suspenso de suas atividades por um ano acusado de doping pelas substâncias hidroclorotiazida e carboxi-tamoxifeno - são algumas das ocorrências que colocam o Brasil em primeiro colocado em casos positivos de doping no futebol, segundo a Agência Mundial Antidopagem (WADA).



Paulo Roberto durante partida no Clube Atlético Lemense, onde jogou por um ano

Vôlei sentado busca medalha no Rio

JOÃO RAFAEL PINHEIRO
MATEUS MACEDO

A seleção brasileira de vôlei sentado, tanto feminina quanto masculina, vai atrás de medalha nos Jogos Paralímpicos Rio 2016, em setembro. As equipes partem da força de vontade de seus atletas para tentar pelo menos um bronze para o Brasil, o que seria inédito.

Apesar do sucesso nos Jogos Paralímpicos de 2012, não há os devidos incentivos por parte da CBVD (Confederação Brasileira de Vôlei para Deficientes) para o desenvolvimento da modalidade. De acordo com Suellen Cristina, 26, ponteira do SESI-SP, “é complicado praticar o esporte e sair para trabalhar fora dele”. Ela não recebe o Bolsa Atleta da confederação, o que a obriga a trabalhar como professora de Educação Física. Kamila Rizzi, 27, companheira de clube de Suelen, pediu dispensa da seleção devido a esses fatores que atrapalham o desenvolvimento da equipe.

Ronaldo Gonçalves, treinador do SESI-SP, complementa as reclamações das meninas. “Ela (a Confederação) não é presente, ela só ‘tira’ do atleta, tanto que as meninas e os me-

nos da seleção foram para um campeonato na China e colaboraram o visto, o que é de responsabilidade da própria confederação”, afirmou. Ronaldo foi quem trouxe o esporte para o Brasil, em 2002, para a cidade de Mogi das Cruzes. Ele foi um dos fundadores da CBVD. Diante das críticas, a CBVD foi procurada para dar sua versão, mas não quis se pronunciar sobre o assunto.

Surgimento

O voleibol sentado teve origem na Holanda, na década de 50, através de uma combinação do vôleibol com o sitzbal, esporte alemão que era praticado por pessoas com mobilidade reduzida, mas que não possuía rede. O esporte começou a se popularizar na década seguinte. Tornou-se modalidade dos jogos paralímpicos de 1980, realizado em Arnhem, Holanda.

De Arnhem até os jogos de Sydney (2000) havia duas divisões no vôlei sentado: jogar sentado ou jogar em pé. Hoje, só se pode jogar sentado, como indica o nome do esporte. Porém, há divisão entre os atletas na parte da deficiência que cada um possui. Os atletas “D” têm alguma defi-



Treino da equipe feminina do SESI-SP

ciência física, já os atletas “MD” geralmente são ex-jogadores do vôlei tradicional que tiveram alguma lesão séria nos joelhos e/ou tornozelos. Dos seis atletas em quadra, cada equipe tem direito de utilizar apenas um atleta MD durante a partida.

Podem competir no vôlei sentado jogadores amputados, paralisados cerebrais, lesionados na coluna vertebral e pessoas

com outros tipos de deficiência locomotora, além de ex-jogadoras de vôlei olímpico que romperam os ligamentos do joelho. Uma das regras principais do esporte é que os atletas não podem bater na bola sem estar em contato com o solo. Também não há limitação de idade: as jogadoras podem chegar até os 60 anos com uma boa forma física e jogando em alto nível.

Os favoritos

O Irã vem forte para as paralimpíadas no Rio, com 5 medalhas de ouro conquistadas. Destaque também para Bósnia e Rússia. No feminino, o destaque são as chinesas, que conquistaram todos os ouros desde o início da modalidade no feminino, em Atenas. Além delas, se destacam os EUA, Rússia e Ucrânia.

Golfe, esporte de elite nas Olimpíadas

Após 112 anos, com presença em apenas duas edições o golfe volta a fazer parte dos Jogos Olímpicos na edição do Rio

FLAVIA SALLES E
GABRIELA LIRA

Desde a confirmação da volta do golfe nas Olimpíadas, a CBG (Confederação Brasileira de Golfe) e as Federações promovem eventos para popularizar a modalidade. Para alcançar este objetivo, aulas gratuitas foram disponibilizadas para a população. Além disso, crescem os investimentos em infraestrutura. Ao todo, são 115 campos distribuídos e cerca de 25 mil praticantes.

São Paulo representa 53% do golfe nacional, com 46 clubes filiados e cerca de 5 mil golfistas. No Estado, os campos são fechados e o único aberto é o da Federação, próximo ao aeroporto de Congonhas. É possível pagar R\$ 20 no cesto de bola e jogar no campo por R\$ 30. Outra possibilidade é a filiação direta, em que o esportista pode utilizar o espaço do Embrase Center sem ter vínculo direto com a instituição.

Projetos

Um das iniciativas para que o esporte se familiarize com diferentes classes sociais é o “Ana a Zé”, realizado pela Federação Paulista de Golfe. O projeto promove eventos em shoppings, como aulas gratuitas. Segundo Thaís Gomes, 26, professora nos programas “Golfe para Vida” e “Ana a Zé”, a verba da lei do incentivo ao esporte vai somente para os projetos que envolvem as Olimpíadas, e não para projetos da Federação. Como não há apoio do governo, existe grande dificuldade de atrair o público para os campos de treinamento.

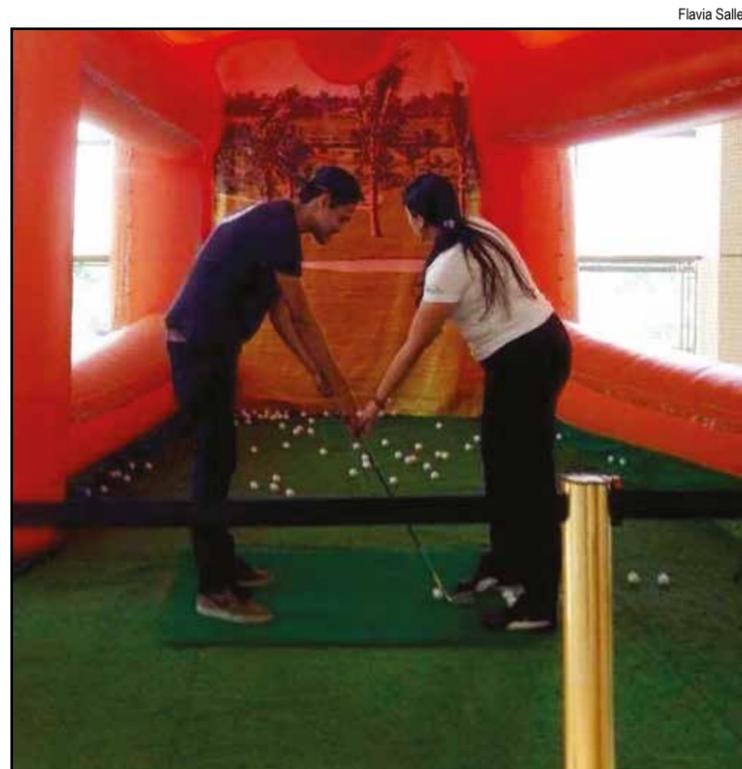
A maior parte do público que participa do projeto nunca teve contato com o golfe. O objetivo é aproveitar o embalo das Olimpíadas para divulgar mais o esporte.

Dino Pádua, 56, coordenador do centro de treinamento Embrase Golf Center, na Zona

Sul, joga desde os 6 anos. Para ele, a popularização do golfe no Brasil é difícil, por se tratar de um esporte com alto custo de sustentação.

Os colaboradores do Embrase tem um projeto particular de apadrinhamento. Cada profissional financia um garoto e arca com todos os gastos. A única exigência para participar é estar com o boletim em dia. As crianças são escolhidas por meio do projeto Golfe Nota 10, da Federação Paulista de Golfe, que objetiva o desenvolvimento de novos golfistas de escolas privadas e públicas. Ocorre uma triagem para escolher as crianças, levando em conta tanto a aptidão para o esporte quanto o rendimento escolar.

As Olimpíadas não despertam tanto interesse nos atletas quanto os torneios de golfe, pois a premiação é distinta. Nas Olimpíadas, o prêmio é uma medalha, enquanto nos torneios são entregues bol-



Iniciativas como da Embrase pretendem popularizar o golfe

sas de estudo e uma quantia em dinheiro. Um exemplo é o PGA Tour, que paga ao vencedor entre 4 a 11 milhões de dólares. “No golfe, as pessoas vivem do que ganham”, diz Anderson Namur, instrutor do Embrase.

Mesmo com as tentativas de trazer o golfe para comunidade, não há projetos que sustentem

as crianças por tempo indeterminado. “É como você pegar uma criança dar o doce, dar o sorvete e quando ela começa a gostar os gastos surgem”, comenta Namur. Os campos são de difícil acesso, sempre em bairros nobres, e os materiais são caros. Há, também, muito preconceito com os menos favorecidos financeiramente.

Divulgação SESI/SP

Flavia Salles